

DESAFIOS CURRICULARES NO NEOLIBERALISMO: ENTRE A FORMAÇÃO CRÍTICA E A LÓGICA DO CAPITAL

Ana Clara Silva de Lima Alves ¹

Gabriella Araújo Nascimento ²

1. Introdução

É evidente que a educação brasileira enfrenta diversos desafios para alcançar seu ideal de formação crítica e emancipatória. Um deles é a necessidade de melhorias curriculares capazes de potencializar plenamente a educação; no entanto, os currículos têm sido alvo de disputas e retrocessos. Diante da hegemonia neoliberal, que influencia não apenas a economia, mas também as estruturas educacionais, os processos formativos são subordinados a uma racionalidade instrumental, esvaziando-se de seu potencial transformador. Como consequência, o neoliberalismo redefine os fins da educação, substituindo a formação humana integral por uma lógica utilitarista e mercadológica. Nesse cenário, os currículos convertem-se em ferramentas de adaptação ao sistema capitalista, privilegiando competências técnicas e mensuração de desempenho em detrimento do pensamento reflexivo e da autonomia intelectual.

Assim, em um contexto onde a educação está cada vez mais subordinada às demandas do mercado, torna-se urgente refletir sobre os impactos dessa lógica na sociedade, além de como as instituições de ensino podem resistir a essa tendência, assegurando um processo educativo pautado pela criticidade, pela autonomia intelectual e pela justiça social. Diante disso, este trabalho busca discutir tais questões, a fim de problematizar e discorrer como o neoliberalismo reformula os propósitos formativos em favor de uma lógica utilitarista e mercantilizada.

A crítica a essa tendência encontra fundamentação teórica em Theodor Adorno (1986), para quem a educação deve servir como antídoto contra a barbárie da racionalidade técnica, preservando a capacidade de resistência e reflexão. Byung-Chul Han (2015), por sua vez, denuncia a internalização da produtividade como uma nova forma de opressão, na qual os

¹ Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, ana.silvaa@ufpe.br;

² Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, gabriellanascentoped@gmail.com;



próprios indivíduos se tornam agentes de sua exploração, reproduzindo as demandas do sistema sem questioná-las. Ademais, também citaremos Borges (2020) que argumenta que a BNCC, especialmente no ensino médio, reflete uma agenda neoliberal que prioriza os interesses do mercado, em detrimento de uma educação crítica e integral. Diante desse cenário, urge investigar como os currículos têm sido moldados por essa lógica e quais possibilidades existem de resgatar uma formação que valorize a criticidade e a emancipação.

2. Metodologia

Este trabalho adota uma abordagem qualitativa, com base em pesquisas bibliográficas, ancorado em um olhar crítico e interpretativo. A escolha por esse caminho metodológico justifica-se pela intenção de compreender, por meio da análise teórica, como os discursos e práticas curriculares têm sido tensionados e reformulados sob a lógica neoliberal, especialmente no contexto brasileiro contemporâneo. Dessa forma, o estudo advém da análise e interpretação de obras, produções acadêmicas e normativas, buscando estabelecer articulações entre os aportes teóricos e os processos concretos de reconfiguração curricular, à luz de uma perspectiva crítica que problematiza os efeitos do neoliberalismo sobre os fins educativos e a constituição da subjetividade no espaço escolar.

3. Resultados e discussão

Embora os debates contemporâneos sobre educação enfatizem a necessidade de currículos centrados no desenvolvimento integral dos educandos - reconhecendo-os como sujeitos ativos do processo de aprendizagem - a prática curricular vigente revela uma dissonância flagrante com esses princípios. Uma análise crítica do cenário atual demonstra a persistência de paradigmas que negligenciam a condição dos estudantes como cidadãos detentores de direitos, inseridos em um contexto de lutas sociais. Nesse cenário, emerge com particular força a influência do projeto neoliberal, que atua como força antagônica à realização de uma educação verdadeiramente emancipatória, ao subordinar os processos educativos à lógica mercantil e aos imperativos do capital.

Essa subordinação do currículo aos imperativos do capital fica ainda mais evidente quando analisamos como a BNCC, ao priorizar competências técnicas e flexibilização curricular, acaba por esvaziar o potencial transformador da educação. Como demonstra Borges



(2020), a Base reproduz a lógica neoliberal dos anos 1990, reduzindo a formação humana à mera preparação para o mercado de trabalho, enquanto ignora as desigualdades estruturais que permeiam a sociedade brasileira. Nesse contexto, a suposta "autonomia" concedida aos estudantes por meio dos itinerários formativos mascara uma formação fragmentada e aligeirada, que mais serve aos interesses do capital do que às reais necessidades educacionais da juventude. Longe de promover emancipação, a BNCC consolida uma educação que naturaliza as assimetrias sociais e forma indivíduos adaptáveis às demandas do sistema, em vez de sujeitos críticos capazes de transformá-lo.

Ademais, essa lógica se aprofunda quando observamos como a BNCC opera na prática sua suposta "flexibilidade". A ênfase em competências técnicas - que segundo Borges (2020, p.7) reduz o conhecimento a "recursos cognitivos para adaptação ao meio", expropria da escola seu papel na formação de consciências críticas. Os itinerários formativos, longe de ampliar horizontes, funcionam como mecanismos de segregação velada: enquanto as elites acessam conhecimentos substantivos, a maioria é conduzida para formações aligeiradas que atendem às "necessidades imediatas do mercado" (Borges, 2020, p. 13). Assim, o que se vende como modernização pedagógica revela-se um projeto de apartheid educacional, onde a promessa de autonomia serve apenas para ocultar a perpetuação das desigualdades.

Para além disso, é fundamental questionar: quem são os reais interessados nesses currículos? Quem investe na educação além do próprio Estado? A partir dessas questões, Borges (2020) evidencia que a BNCC está inserida em um projeto educacional atravessado por interesses corporativos, em que fundações e institutos empresariais atuam como "agentes que disputam o controle da agenda das políticas educacionais" (Borges, 2020, p. 8). Esses grupos, frequentemente ligados a grandes conglomerados econômicos, não investem por compromisso com a qualidade do ensino, mas por enxergarem na educação um "nicho de mercado" (ibid, p. 3), lucrativo e estratégico para a formação de uma força de trabalho barata e flexível.

Inclusive, essa interferência se materializa na BNCC por meio da valorização de conceitos como empreendedorismo e competências, que, sob o discurso da "inovação", escondem uma formação alinhada aos interesses do capital. Trata-se, portanto, de uma "ofensiva neoliberal agressiva" (Borges, 2020, p. 4), que reduz a educação em uma lógica utilitarista e transforma as escolas em espaços de adestramento de trabalhadores precarizados, esvaziando seu papel de instituições voltadas à formação humana e crítica.



Diante dessa ofensiva neoliberal, que insiste em mercantilizar a educação e esvaziar seu papel transformador e emancipador, torna-se essencial questionar e criticar essa lógica. A educação plena é um direito fundamental e, somente por meio dela, é possível construir um futuro mais justo e igualitário. Como discute Adorno, a educação não é mera transmissão de conhecimentos, mas o único antídoto capaz de impedir a repetição de barbáries, como exemplo, a que aconteceu em Auschwitz. Sendo assim, "a educação só teria pleno sentido como educação para a auto-reflexão crítica" (Adorno, 2015, p.3). Essa reflexão é o que rompe com a frieza emocional que permite a desumanização - a mesma frieza que hoje se manifesta na naturalização das desigualdades pelo projeto neoliberal.

Quando a educação é reduzida a um instrumento utilitário, como ocorre na lógica neoliberal e das "competências" da BNCC, ela perde justamente sua capacidade de formar sujeitos capazes de se indignar, de questionar e, principalmente, de reconhecer no outro um ser humano digno de compaixão. Para Adorno, sem essa dimensão ética e crítica, a educação se torna cúmplice da reprodução da violência, pois "a pressão da sociedade perdura, não obstante toda a invisibilidade do perigo hoje" (Adorno, 2015, p.1) - e é essa pressão, hoje materializada na mercantilização do ensino, que prepara o terreno para novas formas de barbárie.

Desse modo, Adorno (2015, p. 5) enxerga na educação a possibilidade da resistência quando afirma que "A única verdadeira força contra o princípio de Auschwitz seria a autonomia [...] a força para a reflexão, para a autodeterminação, para a não-participação". Essa autonomia é radicalmente oposta à perspectiva neoliberal. Enquanto a educação crítica cultiva a capacidade de pensar por si mesmo - condição essencial para não obedecer ordens desumanas -, a educação na perspectiva neoliberal forma indivíduos adaptáveis, mas moralmente inertes. Como alerta Adorno (2015, p. 6), são justamente esses indivíduos que podem, em outro contexto histórico, tornar-se os burocratas da próxima catástrofe. Por isso, defender uma educação não-utilitária não é questão pedagógica, mas de sobrevivência ética: sem ela, perdemos a "capacidade de resistência" que impede a humanidade de sucumbir novamente ao pior.

Nesse sentido, a instrumentalização do saber, observada na BNCC e nos currículos alinhados ao neoliberalismo, encontra uma forte contraposição nas ideias de Freire (1996) e Gadotti (1997). Freire, ao criticar a "educação bancária", que considera o aluno um mero recipiente de conteúdos, propõe uma pedagogia da autonomia e da práxis, onde o conhecimento é construído na reflexão crítica sobre a realidade. Gadotti, em sintonia com essa perspectiva,



afirma que a educação não pode ser orientada pelo "paradigma da empresa", que privilegia a eficiência e a produtividade em detrimento da formação humana integral. A educação, para eles, deve ser um ato político e libertador, que forma sujeitos capazes de se questionar e de transformar o mundo, em oposição à lógica utilitarista que os molda para se adaptarem a ele.

A lógica neoliberal, ao infiltrar-se nos currículos, não apenas subordina a educação ao mercado, mas também promove a ascensão da "sociedade do desempenho", conforme analisado por Byung-Chul Han (2017). Na sociedade disciplinar, o sujeito era moldado pela coerção externa ("não pode"), enquanto na sociedade do desempenho, o sujeito se autocoaduna pela lógica da produtividade ("eu posso"). Nesse contexto, a educação é transformada, passando a priorizar competências e habilidades que não visam a emancipação, mas a otimização do desempenho do indivíduo. O estudante, ao invés de ser um sujeito crítico, torna-se um empreendedor de si mesmo. Assim, o esgotamento físico e mental não é percebido como o resultado de uma opressão social, mas como uma falha pessoal, um fracasso do indivíduo em seu projeto de autorrealização. A lógica neoliberal, ao promover a responsabilização individual, torna invisível a exploração estrutural, reduzindo a educação a um processo de autoexploração e de autogestão, resultando não apenas no indivíduo "cansado" e "deprimido", mas também na "coisificação" do outro e na perda da capacidade de compaixão e de resistência.

Finalmente, a investigação demonstra que a ofensiva neoliberal no campo educacional, exposta detalhadamente na crítica à BNCC por Borges (2020), não representa apenas um retrocesso pedagógico, mas uma ameaça ética e civilizatória, conforme postulado por Adorno. O currículo voltado para a "eficiência" e as "competências" promove, na verdade, a instrumentalização do ser, culminando naquilo que Han (2017) descreve como a sociedade do desempenho. O indivíduo, transformado em "empreendedor de si mesmo," internaliza a exploração e se submete à lógica da produtividade, perdendo a capacidade de enxergar o outro e a si próprio para além da utilidade. Essa perda de reflexão e a consequente coisificação do sujeito e do outro são a manifestação contemporânea da "frieza" e da "não-participação" que Adorno (2015) identificou como as condições psicológicas para a repetição da barbárie.

Portanto, a resistência curricular se estabelece como um imperativo ético. A formação crítica e a autonomia, defendidas por Freire (1996) e colocadas por Adorno como a "única verdadeira força contra o princípio de Auschwitz," tornam-se o projeto de sobrevivência da própria humanidade. Rejeitar a BNCC, quando esta se alinha aos interesses corporativos e instrumentaliza o saber, é defender o espaço da escola como o último bastião de reflexão e



justiça social. É nesse ponto, onde a racionalidade do capital ameaça anular a capacidade de indignação e compaixão, que a educação precisa reafirmar seu compromisso inegociável: a formação não de trabalhadores adaptáveis, mas de sujeitos éticos e autônomos, capazes de opor a sua autoconsciência crítica à frieza do sistema.

4. Considerações Finais

Por fim, o estudo evidenciou que, embora o discurso oficial da BNCC prometa formação integral, emancipação e autonomia, sua ênfase em competências e flexibilização tem contribuído para esvaziar o caráter transformador da educação. A prática pedagógica, atravessada pela lógica neoliberal, revela currículos que moldam sujeitos para atender às exigências do mercado, reforçando desigualdades e oferecendo formações aligeiradas, sobretudo às classes populares. Assim, a escola acaba subordinada aos interesses do capital, distanciando-se de uma educação crítica, equânime e verdadeiramente democrática.

À luz de Paulo Freire, Moacir Gadotti, Borges, Adorno e Han, destaca-se que a pedagogia crítica permanece como caminho indispensável para resistir à coisificação humana e à naturalização da autoexploração na sociedade do desempenho. Nessa perspectiva, a educação assume um imperativo ético: resistir e reafirmar-se como espaço de autonomia, sensibilidade e pensamento crítico. Mais do que uma escolha pedagógica, trata-se de um projeto de sobrevivência civilizatória. Afinal, enquanto a lógica neoliberal tenta transformar estudantes em produtos e professores em executores, cabe à escola lembrar que formar seres humanos não é preparar peças para a máquina – é cultivar consciências capazes de interromper a barbárie e reinventar o mundo.

Referências

- ADORNO, Theodor W. **Educação após Auschwitz**. Pittacus, 20 out. 2015. Disponível em: <https://revistapittacosdotorg.wordpress.com/2015/10/20/educacao-apos-auschwitz-theodor-adorno/>. Acesso em: 30 out. 2025.
- BORGES, K. P. “Eu vejo o futuro repetir o passado”: BNCC, neoliberalismo e o retorno aos anos 1990. **Revista Pedagógica**, Chapecó, v. 22, p. 1-24, 2020.
- FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
- GADOTTI, M. Lições de Freire. **Rev. Fac. Educ.**, 23 (1-2), São Paulo, 1997.
- HAN, B. **Sociedade do cansaço**. Trad. de Enio Paulo Gianchini. 2ª edição. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

